

## **CONCURSO PÚBLICO**

### **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PARA AS INSTALAÇÕES DO EDIFÍCIO SEDE DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO**

#### **CADERNO DE ENCARGOS**

**Processo n.º 18 - CP/2022**

**PARTE I**  
**CLÁUSULAS JURÍDICAS**

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Cláusula 1.ª**

**Objeto**

O presente procedimento tem por objeto a **Prestação de Serviços de Limpeza**, para as instalações do edifício sede da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, de acordo com o referido na Parte II e requisitos constantes nos Anexos A1, A2 e A3, ao presente Caderno de Encargos.

**Cláusula 2.ª**

**Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:  
Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos:
  - a) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - b) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
  - c) A proposta;
  - d) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo prestador de serviços.
3. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.

4. Os ajustamentos propostos pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo prestador de serviços nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código, prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Prazo de Execução**

1. A prestação de serviços tem a duração de 36 meses, com previsão de início a 1 de outubro de 2022 e termo a 30 de setembro de 2025.
2. O contrato manter-se-á em vigor até ao total cumprimento do mesmo, sem prejuízo das obrigações acessórias, as quais perdurarão para além da cessação do contrato.

## **CAPÍTULO II**

### **OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### **SECÇÃO I**

#### **OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS**

### **Cláusula 4.ª**

#### **Obrigações do prestador de serviços, conformidade e operacionalidade dos serviços**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente documento, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços a obrigação da prestação dos serviços referidos na Parte II do presente documento.
2. Constituem ainda obrigações do prestador de serviços:
  - a) Cumprir, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 285.º do Código do Trabalho, as normas relativas à transmissão de estabelecimento e manutenção de todos os direitos contratuais e adquiridos pelos trabalhadores afetos aos postos de trabalho que se encontrem a exercer funções no âmbito do contrato de prestação de serviços vigente, nomeadamente retribuição, antiguidade, categoria profissional, conteúdo funcional e benefícios sociais adquiridos;

- b) Garantir que o pessoal afeto à execução da prestação dos serviços se apresente devidamente uniformizado, com fardamento composto por 1-2 peças, com identificação bem visível, que contenha o símbolo do prestador de serviços, o nome e a categoria profissional do trabalhador;
- c) Comunicar à entidade adjudicante, no início da execução do contrato, o nome, idade, morada, profissão/categoria do pessoal que vai ter ao seu serviço, acompanhado de fotocópia do respetivo bilhete de identidade, de modo a serem credenciados para permitir o seu acesso, às instalações das mesmas, no âmbito do exercício das suas funções;
- d) Fornecer antecipadamente os dados mencionados na alínea anterior para o pessoal designado em substituição dos trabalhadores em situação de férias, faltas ou licenças;
- e) Cumprir todas as disposições legais e regulamentares em vigor, relativamente a todo o seu pessoal, assegurando tal procedimento, junto de eventuais subcontratados, respondendo plenamente pela sua observância perante a entidade adjudicante;
- f) Desenvolver ações com vista à minimização da rotação dos colaboradores afetos à prestação de serviços na entidade adquirente, de forma a garantir consistência e qualidade do serviço executado.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Dever de sigilo**

1. O prestador de serviços obriga-se a não divulgar quaisquer informações de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O prestador de serviços obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O dever de sigilo mantém-se em vigor após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## **Cláusula 6.ª**

### **Proteção de dados pessoais**

A atividade desenvolvida pelo prestador de serviços e, independentemente da natureza da relação contratual, encontra-se sujeita à aplicação do Regulamento (UE) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), que revoga a Diretiva n.º 95/46/CE, do Parlamento e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

## **Cláusula 7.ª**

### **Conflito de interesses**

Em caso de conflito de interesses, superveniente, durante a execução dos trabalhos, o prestador de serviços deverá informar, no prazo de 5 (cinco) dias, da ocorrência do facto e dos procedimentos que adotará para a resolução do conflito, sujeitos à aprovação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.

## **SECÇÃO II**

### **OBRIGAÇÕES DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO**

## **Cláusula 8.ª**

### **Preço Base**

Pela prestação dos serviços objeto do presente procedimento, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta a adjudicar, o qual não pode, sob pena de exclusão, ser superior a **171.500,00€** (cento e setenta e um mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

## **Cláusula 9.ª**

### **Condições de pagamento**

1. A(s) quantia(s) devida(s) pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pela mesma das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. As faturas mensais a emitir devem refletir os serviços efetivamente prestados nesse mês, face à prestação de serviços prevista no caderno de encargos.
3. A emissão das faturas pelo prestador de serviços deve observar o disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos.
4. Em caso de discordância por parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar, por escrito, ao prestador de serviços, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. O não pagamento dos valores contestados pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo não vence juros de mora, nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do prestador de serviços, devendo, no entanto, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo proceder ao pagamento da importância não contestada.
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1 a 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para a conta da instituição de crédito indicada pelo prestador de serviços.
7. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao prestador de serviços serão automaticamente suspensos por igual período.

### **SECÇÃO III**

#### **ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

##### **Cláusula 10.ª**

###### **Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato**

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pelo contraente, mencionado na cláusula 19.ª, que deve garantir as condições necessárias à boa execução da prestação do serviço.
2. O gestor poderá promover reuniões com o prestador de serviços para assegurar o acompanhamento dos trabalhos prestados, quer para disponibilizar os esclarecimentos ou as orientações que se considerem adequadas.
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, determina ao prestador de serviços que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o prestador de serviços de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

### **CAPÍTULO III**

#### **MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO**

##### **Cláusula 11.ª**

###### **Cessão da Posição Contratual**

O contratante não pode ceder a sua posição no contrato sem autorização prévia da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.

##### **Cláusula 12.ª**

###### **Resolução e suspensão do contrato**

1. O incumprimento das obrigações resultantes do contrato ou a prossecução deficiente do seu objeto por parte do prestador de serviços constituirão fundamento de resolução por parte da

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, sem que o adjudicatário tenha direito a qualquer indemnização.

2. O exercício do direito de resolução não prejudica o dever de indemnizar a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, nos termos gerais, pelos prejuízos resultantes das situações previstas no número anterior.

3. A resolução do contrato é notificada por carta registada com aviso de receção, produzindo efeitos a partir da data da respetiva notificação.

4. A cessação dos efeitos do contrato não prejudicará a verificação de responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução dos serviços.

5. O adjudicatário pode resolver o contrato por incumprimento grave e reiterado das obrigações contratuais por parte da entidade adjudicante, desde que tal incumprimento lhe seja imputável, devendo notificar previamente a entidade adjudicante do motivo da resolução, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do conhecimento do fato, e dando-lhe um prazo não inferior a 10 (dez) dias para sanar tal incumprimento.

6. Verificando-se a situação de resolução ou suspensão do contrato, por motivos não imputáveis ao adjudicatário, é devido a este o pagamento correspondente à fase em que se encontrem os trabalhos, na proporção direta dos dias efetivos de trabalho efetuado e aprovado, até à data da comunicação.

### **Cláusula 13ª**

#### **Modificação ao contrato**

1. A modificação do contrato, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 311.º e seguintes do CCP, por acordo entre as partes, só terá validade após a aprovação do órgão competente para autorizar a despesa.

2. A alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.

3. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.

4. O contrato pode ainda ser alterado por decisão judicial ou arbitral.

## **Cláusula 14.ª**

### **Penalidades**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo pode exigir ao prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento. Com base neste pressuposto, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo aplicará uma penalidade correspondente a 2 ‰ (dois por mil) do preço contratual por cada dia de atraso.
2. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo pode exigir-lhe uma pena pecuniária até aos limites indicados no número anterior.
4. Ao valor da pena pecuniária previsto no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a consequente resolução.
5. A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo exija uma indemnização pelo dano excedente.

## **Cláusula 15.ª**

### **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:

- a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
- b) Sejam alheias à sua vontade;
- c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- b) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo prestador de serviços das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo a resolver o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o prestador de serviços direito a qualquer indemnização.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Resolução do contrato por parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente atraso, total ou parcial, na prestação dos serviços objeto do contrato superior a 30 (trinta) dias ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso em determinada prestação excederá esse prazo.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Resolução do contrato por parte do prestador de serviços**

1. O prestador de serviços pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Deveres de informação**

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.

2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

### **Cláusula 19.ª**

#### **Comunicações**

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e o prestador de serviços relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico, para os seguintes contatos:

##### **Contraente público:**

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
- Gestor do contrato: [●]
- Morada: Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, n.º 193, 7004-514 Évora
- Telefone n.º 266 740 300
- Correio eletrónico: [geral@ccdr-a.gov.pt](mailto:geral@ccdr-a.gov.pt)

##### **Prestador de serviços:**

- [identificação da entidade]
- [identificação da pessoa de contacto]
- Morada: [●]
- Telefone n.º [●]
- Correio eletrónico [●]

2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.

3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

#### **Cláusula 20.ª**

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 21.ª**

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com renúncia expressa a qualquer outro.

#### **Cláusula 22.ª**

##### **Legislação aplicável**

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.
2. Aplicam-se-lhe as normas do Código do Trabalho, relativas à transmissão de estabelecimento e manutenção de todos os direitos contratuais e adquiridos pelos trabalhadores afetos aos postos de trabalho que se encontrem a exercer funções no âmbito do contrato de prestação de serviços vigente, nomeadamente retribuição, antiguidade, categoria profissional, conteúdo funcional e benefícios sociais adquiridos.
3. Em tudo o omissso neste Caderno de Encargos rege-se-á de acordo com as disposições do Código dos Contratos Públicos que, em concreto, lhe sejam aplicáveis.

## Parte II

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

#### 1. OBJETIVOS DA AQUISIÇÃO

O presente procedimento visa a **Prestação de Serviços de Limpeza** ao edifício sede da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, sita na Av. Eng.º Arantes e Oliveira, nº 193, 7004-514 em Évora, por forma a garantir a sua higiene e bom funcionamento.

#### 2. NIVEIS DE SERVIÇOS E SERVIÇOS A ASSEGURAR DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO

- a) O prestador de serviços obriga-se a cumprir todos os serviços de acordo com o estabelecido no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos:

*A1- Caracterização das Instalações*

*A2 - Tipos de Limpeza/Horas*

*A3- Serviços de Limpeza*

- b) A proposta deve incluir ainda o descritivo de todos os produtos de limpeza a utilizar e dos métodos de trabalho mais adequados para garantir a qualidade do serviço prestado, detalhando os processos e meios de limpeza, onde nestes se incluem os equipamentos/máquinas necessários.

#### 3. SUBSTITUIÇÕES DE TRABALHADORES

- a) O prestador de serviços deve garantir a disponibilidade permanente dos recursos humanos necessários à prestação de serviços, tendo em conta o perfil exigido, de forma a acorrer com celeridade às ausências por motivos de doença e/ou férias.
- b) A entidade adjudicante poderá determinar a substituição do pessoal que entenda não dever autorizar a permanecer nas suas instalações.

#### 4. MECANISMOS FORMAIS DE ACOMPANHAMENTO

Reuniões mensais de acompanhamento dos serviços contratados.